

MAURÍCIO
WALDMAN

O Custo Brasil do lixo

Existem jargões que ingressam sem alarde no nosso vocabulário. Em parte, isto decorre da repetição. Mas também, as terminologias convencem por expressarem dados da realidade.

Neste prisma, a intenção deste artigo é discutir o chamado Custo Brasil. Não só isso: também relacioná-lo ao lixo. Convenhamos, o custo do gerenciamento do lixo é um tema que ninguém ousaria questionar quanto à pertinência. Afinal, a remuneração para monitorar os refugos, de modo que as ruas, mesmo não ficando limpas, ao menos aparentem ser menos sujas que são de fato, é remunerado pelos impostos dos contribuintes. Ou seja: pelo imposto nosso de cada dia.

Antes, algumas palavras sobre o Custo Brasil. Termo popularizado nas duas últimas décadas, a noção é difusamente utilizada para identificar toda sorte de malfeitos que infernizam o bom andamento da vida do cidadão, instituições e empresas. Alguns exemplos: corrupção, problemas logísticos, incompetência, burocracia, Justiça morosa, alta carga tributária, insegurança jurídica, etc. Note-se que mesmo sendo genérica, a noção de um Custo Brasil encontrou receptividade por dar um nome às provações que baqueiam o ambiente de negócios no país.

Sintetizando o rol de transtornos que reinam no Brasil, o conceito obteve ampla difusão: foi endossado por grupos tão díspares quanto a CNI (Confederação Nacional da Indústria), centrais sindicais e bancos estatais.

Aliás, no que poderia ser irônico, o conceito de Custo Brasil surge pela primeira vez em 1994 em textos da Petrobras. Foi assim que os técnicos da empresa conceituaram - quem diria - os desmandos que penalizavam a produção, estancando o desempenho econômico.

No mais, estando claro a que se refere o Custo Brasil, cabe avaliar a conexão mantida com o lixo. Para conhecimento: os resíduos brasileiros são gerados por um país que para o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e órgãos da ONU (Organização das Nações Unidas),

constitui a sétima economia global. Na América Latina, o Brasil é a nação-líder nos indicadores econômicos.

Mas, em face das contradições e desigualdades que marcam a economia nacional, seria inútil comparar a gestão do lixo no Brasil com os países afluentes. Daí que uma avaliação mais oportuna seria com o contexto latino-americano, cuja realidade é semelhante à brasileira.

Pois bem, o que as estatísticas mostram é assombroso. No custo unitário para a remuneração da limpeza por km (quilômetro), para coleta e disposição final do lixo, os valores brasileiros são todos, sem exceção, os mais altos. Isto para abduzir refugos que evoluem numa escala ímpar. O Brasil é campeão latino-americano em geração de resíduos. Mesmo com os batalhões de catadores, a recuperação de materiais permanece abaixo da média regional. Um dado significativo são os recursos humanos absorvidos pelos serviços de limpeza. Brasil, República Dominicana e Colômbia lideram, na América Latina, em funcionários. Em média, são 30 para cada 10 mil habitantes, as maiores taxas da região.

Para planos de manejo do lixo, o Brasil apresenta índices constrangedores. Apenas Nicarágua e Jamaica apresentam resultados piores que o nosso. Mais: o Brasil empata com o Peru no primeiro lugar em ausência de planos para aglomerações metropolitanas. Isso sem contar que a existência de planos não garante qualidade do serviço prestado, nem sua aplicação ou mesmo a possibilidade de execução. No geral, os planos nada mais são que peças publicitárias exibidas durante as eleições. Executá-los é outra discussão.

Assinale-se que o fim dos lixões, que era para acontecer em 2014 pelo PNRS (Plano Nacional de Resíduos Sólidos), foi postergado para 2021. Como perguntar não ofende, segue a indagação: E em 2021, será para valer?

Em suma, o que se tem são preços altos por serviços de péssima qualidade. Claro está que alguém paga pelo Custo Brasil do lixo. Precisa dizer quem?

Maurício Waldman é antropólogo, jornalista e coordenador editorial. Autor de "Lixo: Cenários e Desafios", obra finalista da edição 2011 do Prêmio Nacional Jabuti. Waldman é pós-doutor pela UNICAMP (Universidade de Campinas, 2011) e USP (Universidade de São Paulo, 2013). Foi chefe da coleta seletiva de lixo da capital paulista e coordenador de Meio Ambiente de São Bernardo do Campo. Contato: mw@mw.pro.br.

Artigo indexado a publicação Reciclagem, Preservação Ambiental e o Papel dos Catadores no Brasil (Maurício Waldman, Editora Kotev, 2016). Disponível na Livraria Cultura:

<http://www.livrariacultura.com.br/p/reciclagem-preservacao-ambiental-e-o-papel-dos-99878919>